

Aprovada na 901ª sessão

ALADI/CR/Ata 900  
23 de junho de 2005.  
Horário: 10h10m às 11h45m

ATA DA 900ª SESSÃO, ORDINÁRIA,  
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem Do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
2. Assuntos em pauta.
3. Consideração das atas correspondentes às 893a., 896a., 897a. e 898a. sessões.
4. Proposta da Representação do Chile para o desenvolvimento das atividades do Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas (ALADI/CR/di 2039).
5. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Comércio Eletrônico e Tecnologias da Informação e as Comunicações (TIC) (ALADI/CR/di 2020).
6. Criação do Grupo de Trabalho sobre Participação das Forças Produtivas no Processo de Integração (ALADI/CR/PR 213/Rev. 1).

\_\_\_\_\_  
INTERVALO  
\_\_\_\_\_

Apresentação do senhor Subsecretário de Culto da República Argentina, Embaixador Héctor Masquelet, sobre "Iniciativa Argentina de criação de um Grupo de Trabalho sobre Cooperação Inter-religiosa no âmbito Regional".

\_\_\_\_\_

Preside:

CLAUDIA TURBAY QUINTERO

Assistem: Juan Carlos Olima, Ricardo Hartstein, Rubén Javier Ruffi e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Bernardo Calderón e Marcelo Janko Álvarez (Bolívia), Bernardo Pericás Neto, José Amir Da Costa Dornelles, Luciano Mazza de Andrade e Roberto Goidanich (Brasil), Carlos Appelgren Balbontín, Oscar Quina Truffa e Hernán Enrique Nuñez Montenegro (Chile), Claudia Turbay Quintero e Alfonso Soria Mendoza (Colômbia), José Felipe Chaple Hernández (Cuba), Leonardo Carrión Eguiguren e Juan Larrea Miño (Equador), Perla Carvalho, Dora Rodríguez Romero e Marco Antonio Barrera Fuentes (México), Juan Carlos Ramírez Montalbetti e Nancy Doria de Guggiari (Paraguai), William Belevan Mc Bride, Gustavo Teixeira Giraldo, Eric Anderson Machado e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Jorge Luis Jure e Miguel Pereira (Uruguai), María Lourdes Urbaneja e Luisa López Moreno (Venezuela), e Igor Romanchenko (Rússia).

Secretário-Geral: Didier Operti Badán.

---

PRESIDENTA. Bom dia.

1. Aprovação da Ordem do Dia.

...Submeto a Ordem do Dia à aprovação dos senhores: Assuntos em pauta; consideração das atas 893, 896, 897 e 898; proposta da Representação do Chile para o desenvolvimento das atividades do Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas; relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre comércio eletrônico e tecnologias da informação e as comunicações; e criação do Grupo de Trabalho sobre participação das forças produtivas no processo de Integração. Posteriormente faremos um intervalo e peço ao senhor Embaixador Juan Carlos Olima da Representação da Argentina que receba o Subsecretário de Culto da Argentina, convidado para participar deste Comitê.

Submeto à consideração a aprovação da Ordem do Dia.

Não havendo observações, aprova-se.

2. Assuntos em pauta

...Tem a palavra a Secretaria-Geral para informar sobre os assuntos em pauta, o segundo ponto da nossa agenda.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, senhora Presidenta. Bom dia. Os senhores Representantes e Delegados têm a lista de Assuntos em pauta que certamente é extensa. A Secretaria destacará aqueles que têm particular importância, sem prejuízo, naturalmente, de todos os demais.

“1. Delegação do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL . Nota N° 51 de 20/VI/2005.

Comunica que o senhor Elói Ritter Filho foi promovido ao cargo de Segundo Secretário.

2. Representação Permanente da República Bolivariana da Venezuela junto à ALADI. Nota. N° II.2.U3.E1/173/05, de 22/VI/2005.

Comunica que em 13 do presente mês assumiu funções o senhor Conselheiro Ramón José París García.

3. Representação Argentina junto ao MERCOSUL e à ALADI. Nota CR N° 66/05, de 1°/VI/2005.

Comunica que foram cumpridos os requisitos internos necessários para a entrada em vigor do Vigésimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 48.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2023.

4. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 43 de 06/VI/2005.

Comunica que o Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 43 foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2028.

5. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 44, de 06/VI/2005.

Comunica que foram incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro o Vigésimo Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 39 e o Quadragésimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 18.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2029.

6. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 46, de 08/VI/2005.

Comunica que foi publicado o Decreto que dispõe a execução do Vigésimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 36.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2031.

7. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL . Nota N° 47, de 13/VI/2005.

Comunica que foi publicado o decreto mediante o qual se dispõe a execução do Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial sobre Transporte Internacional Terrestre.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2035.

8. Representação Permanente do Peru . Nota N° 7-5-Z/31, de 17/VI/2005.

Comunica que mediante Decreto Supremo N° 019-2005 MINCETUR foi incorporado a seu ordenamento jurídico o Vigésimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 48.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2038.

9. Representação Permanente do Peru . Nota 7-5-Z/32, de 17/VI/2005.

Comunica que foram incorporados ao seu ordenamento jurídico o Vigésimo Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 39, o Vigésimo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação N° 20 e o Vigésimo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação N° 33.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2040.

10. Representação do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 434, de 30/V/2005.

Comunica que entrou em vigor o Vigésimo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação N° 33.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2021.

11. Representação Argentina junto ao MERCOSUL e à ALADI. Nota EMSUR-Rep./05, de 6/VI/2005.

Remete cópia da nota enviada às Representações Permanentes para avançar na convocatória do Conselho Assessor Empresarial e do Conselho Assessor Trabalhista solicitando fazer as consultas internas que permitam informar na primeira reunião do Grupo de Trabalho, sobre Participação das Forças Produtivas no Processo de Integração, as entidades que conformarão a delegação de seus países nos mencionados Conselhos.

12. Representação Argentina junto ao MERCOSUL e à ALADI. Nota CR N° 65, de 30/V/2005.

Solicita que na Reunião do Comitê de Representantes, a realizar-se na quinta-feira 23 de junho, seja incluído o tema: Apresentação do senhor Subsecretário de Culto da República Argentina, Emb. Héctor Masquelet, sobre "Iniciativa Argentina de criação de um Grupo de Trabalho sobre Cooperação Inter-religiosa no âmbito Regional".

13. Representação Permanente de Chile. Nota N°032/05, de 15/VI/2005.

Envia, em anexo, cópia do "Programa e cronograma de trabalho do Grupo de Normas e Disciplinas"

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2039.

14. Representação Permanente da Colômbia. Nota N° 83, de 26/V/2005.

Envia o conceito emitido pela "Dirección de Impuestos y Aduanas Nacionales" (Direção de Impostos e Aduanas Nacionais) -DIAN- em relação ao projeto de Digitalização de Certificados de Origem no âmbito da ALADI.

Foi publicado como documento ALADI/SEC/dt 459/Rev. 2/Add. 3.

15. Representação Permanente do México. Nota N° 056/05, de 7/VI/2005.

Solicita ao senhor Presidente do Comitê de Representantes convocar uma reunião ordinária do Comitê para sexta-feira 10 de junho, e que seja incluída em sua agenda: "Designação dos Secretários-Gerais Adjuntos".

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2033.

16. Representação Permanente do México. Nota N° 057/05, de 8/VI/2005.

Envia parecer jurídico da Representação do México sobre o relatório jurídico-institucional da Secretaria-Geral, por Nota SG246/05, de 28 de abril de 2005.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2030.

17. Representação do Paraguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 234/05, de 15/VI/2005

Com o objetivo de facilitar a implementação do Artigo Oitavo da Resolução 60 (XIII), envia proposta de organograma da Secretaria-Geral da ALADI.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2036.

18. Representação Permanente do Peru. Notas N° 7-5-Z/029 e 030, de 8 e 15/VI/2005.

Envia proposta da Representação do Peru para a implementação do processo de reestruturação orgânica e funcional da Secretaria-Geral da ALADI (letra b) do Artigo Oitavo da Resolução 60 (XIII), da Décima Terceira Reunião do Conselho de Ministros.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2032 e 2032.1.

19. Contribuições recebidas para o Orçamento da Associação.

Equador: pagamento pela quantia de US\$ 79.500.-

20. Convites recebidos:

Ministério das Relações Exteriores da República do Equador. Nota N° 22326/2005 DGI, de 30/V/2005.

O Ministro das Relações Exteriores do Equador, Antonio Parra Gil, convida o Secretário-Geral para participar do Seminário que junto com a Corporação Andina de Fomento (CAF) e a "Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales" (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais) (FLACSO) realizarão sobre "La Integración Sudamericana y sus Retos Futuros" (A integração da América do Sul e seus Desafios Futuros) que será realizado em Quito, de 29 a 30 de junho próximo.

Representação Permanente do Paraguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 4/111/05, de 27/V/2005.

Transmite nota do Ministério das Relações Exteriores junto com o Centro de Estudos de Direito, Economia e Política do Paraguai, convidando o senhor Secretário-Geral para participar, com ajuda de custo, como dissertador do Congresso Internacional "El futuro del MERCOSUL y de los procesos regionales y mundiales de integración, unificación y armonización jurídica" (O futuro do MERCOSUL e dos processos regionais e mundiais de integração, unificação e harmonização jurídica), a ser realizado nos dias 17 e 18 de junho do presente ano, na cidade de Assunção.

MERCOSUL . Presidência Pro Tempore Paraguaia 2005. Nota de 8/VI/2005.

O Coordenador Nacional, Embaixador Rubén Ramírez Lezcano, convida o senhor Secretário-Geral, Doutor Didier Operti, a participar da XXVIII Reunião do Conselho de Mercado Comum e Cúpula de Chefes de Estado dos países-membros do MERCOSUL, a realizar-se na cidade de Assunção, nos dias 18, 19 e 20 de junho do presente ano.

21. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Comércio Eletrônico e Tecnologias da Informação e das Comunicações (TICs) (ALADI/CR/di 2020).

22. Relatório da Quadragésima Quinta Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários (ALADI/CAF/M/Informe).

23. Glossário de termos logísticos (ALADI/SEC/Estudo 173).

24. Relatório da Oficina sobre avaliação comparativa de desempenho das PMEs no setor da confecção (ALADI/SEC/di 1914).

25. Cumprimento do Orçamento por Programas da Associação para o ano 2005 - Período Janeiro - Abril 2005 (Doc. Inf. 723).

26. Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos. Compensação Multilateral de Saldos: Primeiro quadrimestre de 2005 (ALADI/SEC/ di 1915).

27. Bases para a conformação progressiva de um espaço de livre comércio no âmbito da ALADI (Doc. Inf. 724).

28. Evolução do comércio recíproco entre os países que assinaram o Acordo de Complementação Econômica N° 24 (ALADI/SEC/Estudo 172)."

SECRETARIA (Sofía Camacho). A Delegação do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL, mediante Nota N° 51, de 20 de junho de 2005, comunica que o senhor Elói Ritter Filho foi promovido ao cargo de Segundo Secretário.

A Representação Permanente da República Bolivariana da Venezuela junto à ALADI, mediante nota. 173/05, de 22 de junho de 2005, comunica que, em 13 do presente mês, assumiu funções o senhor Conselheiro Ramón José París García.

A Representação Argentina junto ao MERCOSUL e à ALADI, por Nota EMSUR 05, de 6 de junho de 2005, envia cópia da nota enviada às Representações Permanentes para avançar com a convocatória do Conselho Assessor Empresarial e do Conselho Assessor Trabalhista solicitando que fazer as consultas internas que lhes permitam informar, na primeira reunião do Grupo de Trabalho sobre Participação das Forças Produtivas no Processo de Integração, as entidades que integrarão as Delegações de seus países nos mencionados Conselhos.

As Representações do México, do Paraguai e do Peru apresentaram propostas sobre a estrutura da Secretaria-Geral, incorporadas à agenda de ontem.

Contribuições recebidas para o Orçamento da Associação. O Equador pagou US\$ 79.500.-

Convites recebidos: O Ministro das Relações Exteriores do Equador, Antonio Parra Gil, convida o senhor Secretário-Geral a participar do Seminário que junto com a "Corporación Andina de Fomento" (Corporação Andina de Fomento) (CAF) e a "Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales" (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais) (FLACSO) realizaram sobre "La Integración Sudamericana y sus Retos Futuros" (A Integração da América do Sul e seus Desafios Futuros), que será realizada em Quito, de 29 a 30 de junho próximo.

MERCOSUL. Presidência Pro Tempore Paraguuaia 2005. Nota de 8/VI/2005. O Coordenador Nacional, Embaixador Rubén Ramírez Lezcano, convida o senhor Secretário-Geral, doutor Didier Operti a participar da XXVIII Reunião do Conselho de Mercado Comum e de Cúpula de Chefes de Estado dos países-membros do MERCOSUL, realizada na cidade de Assunção, nos dias 18, 19 e 20 de junho do presente ano. No próximo Comitê, o senhor Secretário-Geral informará sobre sua participação nessa reunião.

Corresponde também destacar os documentos: Cumprimento do Orçamento por Programas da Associação para o ano 2005 - Período Janeiro - Abril 2005 (Doc. Inf. 723) e o documento sobre as Bases para a conformação progressiva de um Espaço de Livre Comércio no âmbito da ALADI (Doc. Inf. 724).

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Agradecemos à Secretaria-Geral a apresentação dos Assuntos em pauta.

3. Consideração das atas correspondentes às 893a., 896a., 897a. e 898ª sessões.

... Submeto à consideração do Comitê as quatro atas mencionadas.

Não havendo observações, aprovam-se.

4. Proposta da Representação do Chile para o desenvolvimento das atividades do Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas (ALADI/CR/di 2039).

...No ponto quarto da Ordem do Dia corresponde à Representação do Chile fazer sua proposta para o desenvolvimento das atividades do Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas, portanto, tem a palavra o Embaixador.

Representação do CHILE (Carlos Appelgren Balbontín). Obrigado, Presidenta.

Levando em conta a encomenda da Resolução 292, de 12 de maio passado, foi criado o Grupo de Normas e Disciplinas, e a Representação do Chile elaborou uma proposta de plano de trabalho que os senhores Representantes conhecem, que foi distribuída na semana passada e que será analisada em detalhe na sessão de constituição deste Grupo de Trabalho.

A proposta, em síntese, contém a realização de 34 sessões de trabalho, que abrangeriam os nove temas incluídos na Resolução mencionada. Como toda planificação, evidentemente um dos componentes essenciais serão a flexibilidade e, portanto, o número final de reuniões poderá ser superior ou inferior, de acordo com a velocidade que os membros imponhamos ao nosso trabalho.

A idéia é celebrar reuniões semanais todas as quartas-feiras e analisar, em cada uma das sessões, os temas específicos que figuram no anexo do plano distribuído. Cada tema será analisado em três sessões, na primeira sessão apresentar-se-á um documento base que será um documento de trabalho sobre a matéria em questão. Nossa idéia é poder distribuí-lo previamente, via eletrônica, a todas as Representações, depois iniciar-se-ia a discussão do documento. Para sua elaboração, solicitar-se-á à Secretaria-Geral sua cooperação.

Depois na sessão número 2 continuaria a troca de idéias e de opiniões, caso seja necessário, e depois de, pelo menos, duas semanas da segunda sessão, a idéia é realizar uma terceira reunião com o propósito de elaborar um texto comum sobre a matéria, que possa ser submetido ao consenso do Comitê.

O número de sessões poderá diminuir ou ampliar-se conforme as necessidades derivadas da discussão de cada um dos temas.

Isso em síntese, senhora Presidenta, é o que temos pensado para organizar o trabalho deste Grupo. A primeira reunião seria citada para quarta-feira 29 de junho. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Agradeço ao Embaixador do Chile a apresentação de sua proposta e esperamos conseqüentemente a citação para a conformação do Grupo onde, como o senhor informou, serão apurados os detalhes.

Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, senhora Presidenta.

Gostaríamos de manifestar nosso acordo com a proposta apresentada pelo Chile para a metodologia de trabalho a seguir para Normas e Disciplinas.

Gostaríamos de comentar também que nossa Representação, que terá a Coordenação do Grupo de Novos temas, irá trabalhando em paralelo conforme a mesma metodologia proposta pela Representação do Chile. Muito obrigada.

PRESIDENTA. Muito obrigada à Representação do México. Alguma outra Representação tem observações?

5. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Comércio Eletrônico e Tecnologias da Informação e as Comunicações (TIC) (ALADI/CR/di 2020).

...O próximo ponto da nossa Ordem do Dia de hoje é o relatório do Grupo de Trabalho sobre Comércio Eletrônico e Tecnologias da Informação e as Comunicações, pelo qual peço à Representação do Chile apresentar seu relatório.

Representação do CHILE (Carlos Appelgren Balbontín). Obrigado, Presidenta.

As Representações têm um relatório do Coordenador de Grupo de Trabalho sobre comércio eletrônico e tecnologias da informação e as comunicações de 27 de maio.

Em síntese, no passado 20 de maio realizou-se a primeira reunião deste Grupo de Trabalho. Nessa ocasião, houve uma frutífera troca de idéias quanto às futuras ações deste Grupo e suas atividades. Para a primeira semana de julho próximo está a realização de um foro virtual, cujo tema central será o uso das tecnologias da informação e das telecomunicações para o melhoramento da concorrência das empresas na região.

Com data 17 de junho, a Secretaria distribuiu a Nota ALADI/OSG-72/05 sobre o estado de situação e as datas previstas para o início do foro, sem prejuízo do trabalho da Secretaria, que tem sido muito eficiente; solicitamos a ativa cooperação de todas as Representações para divulgar esta atividade em seus respectivos países e para assegurar ao mesmo tempo uma participação o melhor possível neste foro virtual.

Finalmente, senhora Presidenta, estamos trabalhando no desenho das atividades do segundo semestre deste Grupo de Trabalho que incluirão a realização de um foro de especialistas, com o propósito de avançar significativamente em matérias como a digitalização dos certificados de origem e a incorporação das novas tecnologias para o setor produtivo da região, com particular ênfase nas pequenas e medianas empresas. Muito obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Agradecemos ao Coordenador do Grupo de Trabalho pelo seu correspondente relatório e dou a oportunidade para que as Representações, caso tenham, façam alguma ou observação ou comentário.

Caso contrário, passo ao segundo ponto que corresponde à criação do Grupo de Trabalho sobre a participação das forças produtivas...

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Se permitir, gostaria de saber quando seria o foro virtual?

Representação do CHILE (Carlos Appelgren Balbontín). O foro virtual é a primeira semana de julho. A convocação saiu em 17 de junho para a realização do foro na primeira semana de julho.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Creio que é uma iniciativa muito interessante, mas realmente, tínhamos estado um pouco distraídos. Recebemos a convocação com a data ontem ou anteontem e considero que estamos muito próximos à data para garantir uma adequada participação.

Não sei se as demais Representações concordam com essa data, mas se houver consenso não haverá nenhuma dificuldade. Se outras Representações tivessem também dificuldade para tratar o tema, pediríamos um pequeno adiamento, simplesmente para ter mais tempo para identificar os interessados em participar deste foro. Obrigado.

Representação do CHILE (Carlos Appelgren Balbontín). Não vejo inconveniente, Embaixador, somente uma observação. Isto foi discutido em 27 de maio, há mais de um mês, no âmbito do Grupo de Trabalho, pelo que era conhecido pelas Representações, formalizou-se agora, há poucos dias, mas não vejo inconveniente em relação a que se houver acordo possa ser adiado.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Uma das características do foro virtual, independentemente de que seja modificada a data, é que não é um foro que se faz um dia e conclui, como uma sessão normal de trabalho, de discussão. O foro permanece aberto mais ou menos 15 dias e, durante esses 15 dias, mediante a via eletrônica, recebem-se e enviam-se perguntas e respostas.

Esta é a segunda experiência da Secretaria com um foro virtual. Já temos uma rede montada com os participantes em toda a América do Sul e o México e Cuba. Portanto, as citações sairão também para aqueles operadores reais. O mais provável é que o foro tenha um ciclo de vida, começa muito lentamente, toma sua decolagem e depois começa a morrer e o período dura mais ou menos 15 dias e é um foro no qual as pessoas entram e saem durante o dia e, inclusive, à noite, porque está operando as 24 horas. Obrigado.

PRESIDENTA. Tem a palavra o Embaixador Olima da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidenta. Com estas características não teríamos inconveniente em deixar a data, pensávamos que era um foro de um dia, desculpem. Obrigado.

Representação do CHILE (Carlos Appelgren Balbontín). Desculpe, Presidenta. Reitero, se houver acordo seria possível adiar alguns dias o início do foro, digamos, porque a idéia é que o foro seja efetivo e que funcione. Se for necessário postergá-lo alguns dias não há inconveniente, o importante é atingir o objetivo do foro. Obrigado.

PRESIDENTA. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (José Felipe Chaple Hernández). Muito obrigado. Com a explicação do colega Quina sobre o foro, pode-se levar isso em conta, mas considero que não está definida a data de começo tampouco, ou seja, há uma data de convocação que é 27 e pode ser adiada dois ou três dias, porque há uma margem, não está fixada a data de início, portanto, penso que ainda estamos em um... ou seja, isto está convocado de maneira flexível e gostaria de manifestar à Representação do Chile e ao Comitê que já parte das entidades nossas estão contatando-se com a Secretaria para participar do foro. Muito obrigado.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Bom dia, Presidenta.

Em relação ao foro, seria bom saber, não para tomar a decisão, mas para saber como está e cada país garantir, quem respondeu a convocação, como está a lista de participantes, para fazer a nossa parte, para garantir a maior participação. Creio que isso seria interessante. Obrigada.

PRESIDENTA. Alguma outra Representação? Tem a palavra o Chile.

Representação do CHILE (Carlos Appelgren Balbontín). Boa idéia, Embaixadora, vamos distribuir uma lista dos participantes.

PRESIDENTA. Então, será tomada a decisão para a data de convocação e será informada às respectivas Representações.

Há alguma outra observação sobre este ponto?

Não havendo observações, passo ao seguinte ponto.

6. Criação do Grupo de Trabalho sobre a Participação das Forças Produtivas no Processo de Integração (ALADI/CR/PR 213/Rev. 1).

...que é o número 6 da nossa Ordem do Dia, correspondente à criação do Grupo de Trabalho sobre Participação das Forças Produtivas no Processo de Integração. A Secretaria-Geral preparou, para a consideração no Comitê, a revisão 1 do documento ALADI/CR/PR 213, onde são contempladas as modificações introduzidas na sessão do Comitê anterior.

Gostaria, com estas observações, de oferecer a palavra às Representações que tiverem alguma observação.

Pedi a palavra a Representação da Bolívia e posteriormente o Secretário-Geral. Tem a palavra a Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Marcelo Janko Álvarez). Obrigado, senhora Presidenta. Somente para assinalar que na segunda página do projeto de Resolução, na primeira linha aparece um texto que talvez seja um erro de redação, mas gostaria que ficasse esclarecido e a Representação da Bolívia tem interesse em apresentar uma sugestão adicional. Aqui o texto diz o seguinte: Analisar a proposta do Comitê de Representantes, medidas com vistas à promoção de políticas, etc. Considero que talvez deveriam ser ao contrário, ou seja que o Grupo de Trabalho apresente as propostas de medidas ao Comitê.

Neste sentido, a sugestão de redação poderia ser a seguinte: Analisar e apresentar ao Comitê de Representantes propostas de medidas com vistas à promoção de políticas, etc.

PRESIDENTA. Analisar e apresentar ao Comitê de Representantes propostas de medidas com vistas à promoção de políticas, etc.

Temos esta proposta da Bolívia para definir. Tem a palavra a Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidenta. Creio que o que está propondo a Bolívia é o que originalmente estava no projeto e por alguma dessas coisas inanimadas foi substituída esta redação.

PRESIDENTA. Então, faremos a mudança. Solicitamos à Secretaria-Geral a distribuição do projeto de Resolução com a respectiva mudança.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Presidenta, de todas formas, considero que por essa pequena modificação não é necessário ter um novo texto. É suficiente concordar com o texto nestas circunstâncias e aprová-lo, e depois a Secretaria enviará a Resolução com a correção adequada. Obrigado.

PRESIDENTA. Realmente é mais eficiente, Embaixador.

Portanto, há alguma observação em relação a esta Resolução?

Não havendo nenhuma outra observação e acordando que seja feita, no texto, a correção solicitada, aprovaremos esta Resolução que fica registrada como a Resolução número 295 do Comitê de Representantes.

#### “RESOLUÇÃO 295

#### CRIAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS PRODUTIVAS NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA Os Artigos 35, letra o) e 38, letra g) do Tratado de Montevideu 1980, as Resoluções 59, 60 e 61 (XIII) do Conselho de Ministros e as Atas das Sessões Ordinárias do Comitê de Representantes Nos. 728 e 731, de 15 de março de 2000 e 12 de abril de 2000, respectivamente.

CONSIDERANDO Que para continuar avançando na criação e consolidação do Espaço de Livre Comércio, é necessário, entre outros, desenvolver a cooperação e a coordenação em matérias que o complementem e potencializem tais como o fomento produtivo e o relacionamento com os setores empresarial, trabalhista, acadêmico e outros setores da sociedade, impulsionando uma maior participação e compromisso dos mesmos no processo de integração,

#### RESOLVE:

PRIMEIRO.- Criar um Grupo de Trabalho sobre “Participação das Forças Produtivas no processo de Integração”.

SEGUNDO.- O Grupo de Trabalho estará encarregado de:

Dar assistência ao Comitê de Representantes no tratamento dos temas relativos à participação dos setores empresarial, trabalhista, acadêmico e de outros setores da sociedade no processo de integração regional, com o apoio do

Conselho Assessor Empresarial e do Conselho Assessor Trabalhista da Associação. No desempenho de seu mandato, o Grupo de Trabalho dará especial atenção à participação das pequenas e médias empresas no processo de integração e de outras formas de organização (tais como as cooperativas, comunidades indígenas, solidárias e outras).

- Analisar e apresentar ao Comitê de Representantes, propostas de medidas que visem a promoção de políticas de fomento produtivo entre os países-membros que permitam ampliar as oportunidades para os agentes econômicos, em especial, para as pequenas e médias empresas. Essas políticas devem procurar fortalecer a competitividade sistêmica das economias dos países-membros, incentivando as correntes produtivas e as formas de cooperação e complementação econômica e empresarial, a promoção das compras intra-regionais e das exportações extra-regionais.

- Analisar e apresentar propostas sobre outros assuntos encomendados pelo Comitê de Representantes.

TERCEIRO.- O Grupo de Trabalho sobre “Participação das Forças Produtivas no Processo de Integração” reger-se-á pelas disposições que constam da Resolução 262 do Comitê de Representantes.

QUARTO.- Esta Resolução substitui os acordos adotados pelo Comitê de Representantes relativos ao Grupo de Trabalho sobre Participação Empresarial, que constam das Atas de suas Sessões Ordinárias Nos. 728 e 731, de 15 de março de 2000 e 12 de abril de 2000, respectivamente.”

...Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidenta. Gostaria de lembrar às Representações que enviamos oportunamente uma nota solicitando que cada um dos países identifique quais as estruturas empresariais e/ou de trabalho para participar deste foro.

Gostaria também de informar que estivemos falando com a Secretaria que atuou de forma muito dinâmica neste tema, realmente creio que com bons resultados, e temos coordenado, porque foi enviada uma nota à Secretaria para a elaboração de um relatório para o Comitê sobre as ações desenvolvidas pela Secretaria e depois de uma conversação, consideramos que é conveniente que este relatório, em lugar de ser apresentado no Comitê, seja apresentado diretamente no Grupo de Trabalho e oportunamente enviaremos aos senhores informações com as correspondentes conclusões. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Obrigada à Representação da Argentina. Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Juan Carlos Ramírez Montalbetti) Muito obrigado, Presidenta. A proposta do Embaixador Olima deve ser comentada, por alguns fatos que acontecem nos nossos países. O Paraguai tem 5 centrais operárias, para ver como podemos harmonizar, porque temos algumas que podem ser reconhecidas oficialmente, outras não, outras estão tramitando a personalidade jurídica, o espectro das representações empresariais e de trabalho podem oferecer-nos algumas dificuldades. Enfim, está esse tipo de assuntos que

deveríamos ver. Não sei se é boa a idéia de solicitar uma espécie de Representação oficial aos Governos, preocupa-me porque podemos ter dificuldades com a lista de organizações, principalmente se pretendemos unificar essa Representação. Se pretendemos unificá-la, podemos ter problemas.

O Paraguai tem uma união de grêmios da produção, uma federação da produção e a indústria e o comércio, uma união industrial, uma representação agrária, ou seja, é tão múltipla hoje essa Representação que não sei se dizendo simplesmente, que pediremos aos Governos que nos enviem uma lista, essa seria a via adequada para poder ter uma boa representação. É uma dúvida, não tenho agora uma resposta. Digo isto para ver de que forma podemos melhorar a proposta. Obrigado.

PRESIDENTA. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidenta. Temos plena consciência dessas dificuldades, e precisamente o sentido da nota é tentar superá-las. Percebemos que aqui há algumas Associações de caráter regional que envolvem uma série de representações gremiais e isto é válido tanto para o setor trabalhista como para o empresarial, e também sabemos que há associações de um e outro caráter que ainda, por determinadas razões políticas de cada país, não estão incorporadas às estruturas regionais.

Portanto, que estamos fazendo? Por um lado, vamos tomar contato, já de fato a Secretaria iniciou essas tarefas com as agrupações de um e outro caráter que têm tomado contato com a ALADI, solicitando a conformação dos foros, mas com isso, se não solicitarmos a opinião dos Governos -que não significa que isto seja excludente- corremos o sério risco de fracionar, em função das representatividades existentes no âmbito regional, a participação de outras associações ou agrupações, que tenham entidade representativa em cada um dos nossos países.

Com isto gostaria de dizer que é provável que se recorrêssemos somente às agrupações regionais existentes, teríamos vozes de desconformidade, não somente de algumas Representações, mas também de algumas agrupações, tanto do setor empresarial, como do setor trabalhista.

Estamos tentando, desta forma, fazer convergir toda a informação disponível. Com isto estamos assinalando que a nota aos Governos tende, basicamente, a que não haja exclusões porque até agora não participaram de um ou de outro setor, junto com isso vemos que está o caso de Cuba e o caso do México que não estão presentes nestas associações de caráter gremial ou empresarial da região, portanto, se canalizássemos somente mediante essas representações, estaríamos deixando de lado o México e Cuba.

Então, o sentido de todo isto é que cada Governo poderá indicar seu interesse para que sejam convocadas X representações de um ou de outro setor. À margem disso, estão os contatos que está fazendo a Secretaria e que depois também fará o Comitê ou o Grupo de Trabalho para ser mais precisos, com as agrupações já existentes, e de tudo isso veremos como evoluem as coisas e obviamente o Comitê, em seu conjunto, oportunamente tomará decisões.

Neste momento, basicamente o que devemos fazer é uma espécie de levantamento do que poderíamos denominar politicamente correto para a convocação. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Assim ficou respondida sua pergunta, Embaixador do Paraguai ?

Tem a palavra a Representação do Uruguai e depois o México.

Representação do URUGUAI (Jorge Luis Jure). O que queríamos assinalar tem relação com o que se falou, que diferenciamos as organizações que se apresentarão segundo as duas funções do Grupo de Trabalho.

Em outra reunião do Comitê, dissemos que víamos no Grupo de Trabalho duas funções bem diferenciadas: assessoramento por meio do Conselho Assessor Trabalhista e Empresarial e o terceiro setor sobre o processo de Integração que poderíamos dizer que é uma instância e uma função formal deste Grupo de Trabalho. Formal porque convoca dois órgãos previstos como o Conselho Assessor Trabalhista e o Conselho Assessor Empresarial.

A segunda função que está definida na Resolução que aprovamos há pouco, é a de propor medidas de fomento produtivo. Dissemos em outro momento que no futuro e vendo a evolução deste Grupo de Trabalho, talvez, inclusive requer a criação de dois Subgrupos de Trabalho, porque temos duas funções muito bem diferenciadas na Resolução. Isto, no sentido das associações da sociedade civil que participariam em relação a uma e outra função.

Em relação à função prevista no primeiro parágrafo, nós no Uruguai, e certamente no caso de outros países, temos definições formais de associações que participam, por exemplo, do Foro Consultivo Econômico e Social do MERCOSUL, são associações gremiais do setor trabalhista, empresarial e do terceiro setor que estão definidas para o Foro Consultivo do MERCOSUL e participam ali e já há uma definição tomada. Agora isso não exclui que para a segunda função de fomento produtivo o Grupo possa ter o direito de chamar outras associações. Por exemplo, há pouco tempo tivemos contatos com a Associação Americana de Profissionais Aduaneiros que tem interesse e que acreditamos pode contribuir com seus pontos de vista, para este Grupo de Trabalho sobre uma série de temas. Temos recebido a nota da reunião de Câmaras de Comércio do MERCOSUL, que também manifestou que estava disposta a colaborar com o Grupo.

Com isto gostaria de manifestar que pensamos que há uma diferenciação no próprio texto da Resolução, que é muito útil e que nos permite, por um lado, citar as associações definidas organicamente em instâncias nacionais que representam o setor trabalhista e empresarial e, por outro lado, chamar as associações que o Grupo de Trabalho, pela sua própria dinâmica, considere úteis para seu trabalho. É só isso.

PRESIDENTA. Obrigado à Representação do Uruguai pelas suas observações que, sem dúvida, são importantes em matéria de trabalho para o Grupo mencionado. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho). Muito obrigada, Presidenta. Consideramos que talvez uma forma de simplificar o trabalho para a convocação dos Conselhos seria termos, de antemão, uma agenda e isso também facilitaria aos Estados se fossem fornecidas aquelas organizações que participariam dos diferentes Conselhos.

Creio que poderia causar algum tipo de conflito o fato de que os Conselhos estivessem independentes das Representações aqui na ALADI, os próprios Estados deveriam ter a potestade, mediante o Estado, de fornecer a lista e não diretamente a Secretaria.

Considero que deveria ser uma potestade dos Estados, que não se reunissem Conselhos de forma independente, que cada Estado forneça sua lista e creio que isso, talvez, evitaria possíveis conflitos. Obrigada.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Representação do México. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (José Felipe Chaple Hernández). Muito obrigado. Entendemos perfeitamente a explicação do Embaixador Olima quando explicou a importância da forma de convocar e organizar a participação. Para nós está clara e, como foi proposto pelo México, consideramos que a função essencial é a participação dos Governos e dos Estados na confecção dos participantes.

Entendemos perfeitamente que já participaram organizações sub-regionais, inclusive foram convidadas ao Conselho de Ministros, tivemos reuniões prévias, ou seja, são organizações com ramificações e contatos com organizações maiores, mas considero que, da maneira que explicou o Embaixador Olima abrange-se a expectativa que temos sobre isto e muito concretamente o Grupo de Trabalho está criado e tem as funções bem estabelecidas na Resolução, mas lembro que um dos critérios fundamentais manejados para a criação deste Grupo é que essa é a interfase do relacionamento entre o Comitê de Representantes e estas organizações, com as quais nós queremos fazer intercâmbio e fazer com que participem.

Essa é a idéia fundamental, da qual surge a importância do trabalho que realizará este Grupo. Muito obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Representação de Cuba. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Carlos Appelgren Balbontín). Obrigado, Presidenta.

No mesmo sentido, também manifestaram-se as Representações do México e de Cuba, para apoiar a Resolução com exceção do assinalado pela Representação da Bolívia, mas também, enfatizando a função dos Estados, não podemos esquecer que a ALADI é um organismo, uma instituição na qual os Estados estão representados e, portanto, os Estados devem ter uma função fundamental no funcionamento e na forma em que seja canalizada a participação neste necessário e importante novo Grupo de Trabalho. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Presidenta, somos conscientes das dificuldades e sensibilidade deste tema. Junto com isso temos a convicção de que a ALADI deve abrir-se à sociedade civil, porque se não o fizermos... creio que grande parte da explicação da "inexistência da ALADI" está relacionada com a sua falta de conectividade com as associações diretamente envolvidas nos processos de integração, os processos produtivos, etc.

Como imaginamos o trabalho -e agora indicarei algo solicitado pela Representação do México- imaginamos em primeiro lugar receber o *input* de cada um dos Governos sobre quais são as associações representativas que participarão de um e outro foro. Em segundo lugar, fazer uma lista de todas as associações que já fizeram contatos com a ALADI e que expressaram sua vontade de participar de todo este tema. Com base em toda esta informação, daremos uma palestra no Grupo de Trabalho para ver como ordenamos esta representatividade para que aqui não haja convocações inesperadas. Em primeiro lugar devemos debater internamente como é o sistema de convocações.

Quanto à agenda, estive refletindo sobre o tema e creio que deveríamos permitir receber destas associações *inputs* para a confecção mesma da agenda. Considero que não é bom, *a priori*, determinar uma agenda sem escutar as preocupações, reclamos ou pontos de vista das diferentes associações, tanto do setor trabalhista como do empresarial.

Obviamente, recolheremos somente as expressões e depois faremos novamente o intercâmbio de opiniões dentro do Grupo de Trabalho para concordar uma agenda, mas considero que não estamos em condições neste momento de determinar uma agenda, *a priori*, exceto a constituição mesma dos Conselhos previstos e que nunca foram realmente postos em funcionamento, porque não seria adequado, elaborar, *a priori*, a agenda, mas estamos abertos para escutar idéias. Obrigado, Presidenta.

PRESIDENTA. A Representação da Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Obrigado, Presidenta. Também para aderirmos à iniciativa deste Grupo de Trabalho e concordar com as reflexões sobre isto.

Considero que é muito importante, aqui estamos com este Grupo de Trabalho que tem a característica de estar encarregado de desenhar estratégias para sua promoção. O sentir da motivação deste Grupo de Trabalho é algo que aqui identificamos como ausente, que tem a ver com isso último que dizia o Embaixador Olima, sobre a necessidade da Associação de vincular-se e de incorporar setores tão importantes como os produtivos à vida da Associação, mas mais do que isso, incorporá-los aos futuros dos processos de integração, do continente, que é o mais importante. Falamos sobre isso já nos diferentes foros da integração onde assistem nossos Governos, sempre falamos sobre isso, sobre a necessidade de dar vida a esses espaços com atores.

Este Grupo tem essa grande responsabilidade dentro dos trabalhos da Associação, como se incorpora, como a ALADI se mete dentro da vida disto, mas também terá a responsabilidade de ativar algo que até agora não temos ativado e que está hoje aí nos regulamentos da Associação. Não sei se temos isso claro, mas o regulamento a esse respeito é interessante, em relação tanto ao funcionamento do

Conselho Assessor Empresarial, como ao funcionamento do Conselho Assessor Trabalhista.

Considero que tem algumas questões muito importantes, pois diz: “Os órgãos políticos da Associação poderão enviar, para conhecimento e opinião do Conselho Assessor Empresarial, as iniciativas referentes às políticas de integração, bem como as que visem promover em seu âmbito reformas de natureza estrutural, que afetam as relações empresariais e solicitar as contribuições e as observações que considerar pertinentes.”

Isto para mencionar um ponto que dá uma riqueza muito grande à agenda. Portanto, diria que há dois momentos deste Comitê, que é muito importante, e isto que tinha nos solicitado o Embaixador Olima, por que tem isso entre seus objetivos, como será constituído esse Conselho Assessor Trabalhista e Empresarial? Creio que aí estão as listas, as informações que forneçamos, porque devemos nutrir a constituição do Conselho com essa informação. Mas, como se constituirá, devemos ver os regulamentos, etc, para ver a constituição, mas creio que isso é um tema. Isto é, como do Grupo de Trabalho, da ALADI, promovemos a constituição desses Conselhos que não estão, isso é uma tarefa, esses Conselhos terão uma dinâmica, podemos contribuir como Associação para fazer convites às coisas que consideramos importantes, mas haverá outras dinâmicas que gerarão eles mesmos como órgãos, o qual seria muito bom, isso é uma coisa.

Por outro lado, está a função do Grupo de Trabalho como órgão promotor disto, que não passa somente pelo Conselho Trabalhista e Empresarial. Aqui há uma série de iniciativas estratégicas que podemos realizar, juntamente com estes Conselhos, mas também podem ser independentemente deles, neste sentido, porque inclusive passa por iniciativas dos nossos Governos, como incorporamos e nossos países, como Estados, como sociedades, a esta dinâmica.

Isto é, Embaixador Olima, senhora Presidenta, o que gostaria de assinalar neste momento é que este é um macro-Grupo e tem uma importante responsabilidade porque é necessário preencher esse vazio existente, não só dentro da ALADI, mas nos processos de integração hoje em andamento, na incorporação de atores reais da sociedade, neste caso os processos. Portanto, simplesmente gostaria de dizer que tem bastante trabalho, temos bastante, se o senhor tem, também nós temos, todas nossas Representações na incorporação neste Grupo de Trabalho que assume esse grande desafio, esse grande desafio. Obrigado.

PRESIDENTA. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado. Permito-me insistir em um ponto dentro disto, porque tem acontecido que temos solicitado informações e as que chegam originalmente se movimentam um pouco dentro dos cânones clássicos, digamos, as grandes agrupações empresariais, etc, e lembro que a Resolução diz que é necessário colaborar com as pequenas e médias empresas, bem como com outras formas de organização tais como cooperativas, comunidades indígenas, solidárias e outras. Digo isto porque, insisto, quando pedimos a informação ao nosso país, enviaram-nos a lista das grandes organizações, mas faltava todo este tema.

Assinalo isto porque é possível que as demais Representações tenham a mesma dificuldade, ou seja, é necessário fazer questão em solicitar a informação sobre estas

estruturas que permitem facilitar o ingresso das pequenas e médias empresas, bem como de outras formas organizativas, desta maneira estaríamos dando um salto qualitativo importante. Obviamente isto será debatido posteriormente, no Grupo de Trabalho para ver como organizamos isto, mas recalco a necessidade de dirigir a solicitação de informação também neste setor. Obrigado.

PRESIDENTA. Agradecemos ao Embaixador da Argentina suas observações, o mesmo que às demais Representações estabelecendo-se claramente qual será o procedimento de trabalho com o qual se constituirá este Grupo proximamente.

Está pedindo a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhora Presidenta. Tal como expressou o senhor Representante Permanente da Argentina, a Secretaria tem feito levantamento de informações sobre este assunto, tanto em relação ao Conselho Assessor Empresarial como ao Conselho Assessor Trabalhista, porque são regulamentos diferentes os que regulam o funcionamento de ambos os órgãos assessores.

Para o caso, devemos lembrar que o Conselho Assessor Empresarial no regulamento vigente diz que a titularidade da delegação empresarial de cada país será designada pela respectiva entidade de cúpula, enquanto que a designação do alterno poderá ser para representantes empresariais de outras agremiações e prevê inclusive, que os casos nos quais não houver entidade de cúpula, os representantes desta deverão unir-se e, de comum acordo, decidir quem será seu representante titular e seu alterno.

Quanto ao Conselho Assessor Trabalhista, o regulamento respectivo estabelece que o Conselho Assessor Trabalhista como órgão auxiliar do Comitê de Representantes estará integrado por delegados das organizações sindicais nacionais, de cada um dos países-membros. Não aprofunda sobre as características dessa representatividade, porém, creio que é importante reconhecer que mediante o Artigo 5 deste regulamento, ao consagrar o princípio de que a Delegação de cada país poderá estar integrada por até seis membros, dentro dos quais haverá um titular e um alterno, abre, de maneira muito flexível, essa participação.

Isso para ilustrar um pouco sobre o âmbito normativo que os senhores Representantes conhecem, mas, naturalmente, sem perder de vista que se trata de Conselhos Assessores, e são assessores de um órgão político. Por conseguinte, a Secretaria, exceto melhor opinião, participa do critério de fazer um levantamento informativo. Já estamos recebendo algumas informações sobre quais as entidades às que referem os respectivos regulamentos, para posteriormente entregar ao Comitê, a cada uma das Delegações essa informação, para que possam também, se for o caso fazer as precisões, verificações ou retificações.

A Secretaria o considera como um trabalho no qual há, por um lado, um levantamento que a Secretaria não tem competência para qualificar. Não corresponde à Secretaria fazer essa qualificação, corresponde ao corpo político, que assessorará o Conselho, e depois o Comitê, como tal, como órgão político, será quem discernirá sobre a representatividade e, por conseguinte, a convocação.

Temos avançado nesse critério nas Delegações que vieram falar sobre este tema e, inclusive, nos contatos que tivemos, em nossa viagem a Brasília, quando fomos convidados à reunião de Ministros das Relações Exteriores da Comunidade

Sul-Americana, coincidia historicamente com um grande encontro sindical e, com diferentes Delegações dos países ali representados houve uma primeira aproximação, ainda muito frugal, mas que, em definitivo, vai nessa direção.

O mesmo temos feito com as câmaras empresariais, procurando ver, inclusive, que setores estarão representados nela: câmaras industriais, câmaras de comércio, câmaras de serviços, isto é, há um grande fracionamento nisto também, razão pela qual a Secretaria seguirá adiante com o rastreio de toda essa informação, que considera necessária, acudirá ao pedido dos senhores que, certamente, estarão recebendo nos próximos dias para que verifiquem esta lista inicial, provisória que recebemos em matéria sindical e seguir adiante. Inclusive, estamos, por enquanto, trabalhando nessa ordem silenciosamente, pois não temos recebido, ainda, um mandato de implementação das Resoluções do Conselho de Ministros, porque isto nasce, não devemos esquecer-lo na nossa Resolução 59 (XIII).

Portanto, obviamente agradecemos muito os critérios aqui identificados, porque esses critérios também ajudarão a que no momento de convocar o Conselho tenhamos alguns delineamentos suficientemente claros para fazê-lo. Era o que queria dizer. Obrigado.

PRESIDENTA. Agradecemos ao Secretário-Geral seus comentários e tem a palavra a Representação do Uruguai .

Representação do URUGUAI (Jorge Luis Jure). Simplesmente, senhora Presidenta para agradecer ao senhor Secretário-Geral e à Secretaria seu trabalho e para concordar com a Representação da Venezuela no sentido de que o trabalho deste Grupo não se limite aos Conselhos Assessores Trabalhista e Empresarial.

Temos interesse em reiterar isto, consideramos que é óbvio. É importante e é fundamental que, no começo, nos encarreguemos de ver que entidades integrarão os Conselhos Assessores Empresarial e Trabalhista, mas o mandato que demos para este Grupo de Trabalho excede a convocação dos Conselhos Assessores Trabalhista e Empresarial e, eventualmente, um terceiro setor. Obrigado.

PRESIDENTA. Agradecemos à Representação do Uruguai pela sua intervenção e creio que com isto podemos todos acordar que já há uma visão clara da maneira como se iniciará o trabalho deste Grupo, com o levantamento da informação e a posterior tomada de decisões pelas Representações.

Agradeço a todos pelas suas intervenções e gostaria de convidá-los a um intervalo, porque receberemos o senhor Subsecretário de Culto da República Argentina e para este convite que fizemos ao Subsecretário, gostaria de solicitar ao Embaixador Olima que o receba, em nome do Comitê.

---

INTERVALO

---

PRESIDENTA. Iniciaremos esta sessão depois do intervalo, para receber nosso convidado, o Senhor Subsecretário de Culto da República da Argentina, Héctor Masquelet.

Em nome de todo o Comitê, da Secretaria-Geral e da Associação Latino-Americana de Integração, gostaríamos de dar as boas-vindas e pedir ao senhor Embaixador da Representação Permanente da Argentina que faça uma apresentação de sua visita e o objetivo dela aqui, hoje. Seja bem-vindo a esta Casa da Integração, senhor Embaixador.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidenta. Em primeiro lugar, a gratidão ao Comitê por permitir-nos fazer esta reunião e minhas primeiras palavras são para acalmar ansiedades, porque em conversações informais diferentes colegas assinalaram as diferenças de status que há entre as vinculações estatais e as diferentes religiões em cada um dos nossos respectivos países.

A idéia desta reunião não é converter ninguém, ademais cremos que isso é uma tarefa inútil, neste momento, neste Comitê.

- Hilaridade

Estávamos conversando informalmente com alguns colegas e ficou claramente expressado que este é um tema com muitas implicâncias; as relações da Igreja e os diferentes cultos com as estruturas do Estado.

No nosso caso, já fizemos um seminário, a tarefa está sendo realizada no MERCOSUL, um seminário com a participação do Brasil e do Paraguai, e cremos que é útil que em cada um dos campos da atividade dos nossos Estados ou de nossas sociedades tenhamos intercâmbio de informações, de experiências sobre os efeitos que estas coisas causam em cada um dos nossos países, por um lado.

E por outro lado, também conversávamos informalmente que sendo a ALADI a instituição mãe da integração existem temas que por razões "x" são uma espécie de temas mostrengos no sentido de que ninguém dá o espaço correspondente para sua análise e debate, apesar de que tem muita importância. Cremos que devemos começar a abrir a ALADI a esses temas que, como digo, são mostrengos. Cremos que isso não somente oferece informação ao Comitê, mas também possibilita a troca de opiniões.

Segundo esta apresentação do Subsecretário, cada um dos Representantes deve ter consciência de algumas coisas que estão sendo trabalhadas, que seja informado aos seus Governos e àqueles Estados que tenham vontade de participação, procurar-se-á uma forma de conexão para depois controlar esta tarefa.

Depois desta breve apresentação, fundamentalmente dirigida a acalmar ansiedades, peço ao Subsecretário que faça sua apresentação. Obrigado.

SUBSECRETÁRIO DE CULTO DA REPÚBLICA ARGENTINA (Héctor Masquelet). Em primeiro lugar, muito obrigado ao Comitê por ter permitido a realização desta breve palestra, agradeço a deferência, ao Embaixador Olima e à Presidência por tão gentil convite.

Gostaria, para acalmar ansiedades, de apresentar a nossa proposta no âmbito do MERCOSUL, a sua origem e como se está desenvolvendo até agora. Tentarei ser breve. De todas formas, nas pastas, os senhores têm informação mais completa sobre o que foi feito até agora.

Nossa preocupação começou com conversações bilaterais há mais de um ano, quando advertimos que surgiam muitos problemas para os Estados da região no tratamento da questão religiosa, tanto no plano político institucional, como no mais estritamente legislativo, que nos colocavam em dificuldades, como resultado de que o fenômeno religioso não reconhece as fronteiras, como nós as estabelecemos, mas estende-se, e mais atualmente por meio das fronteiras, gerando muitas vezes conflitos jurisdicionais e conflitos inclusive políticos, em alguns casos sérios.

Temos situações difíceis, como os direitos indígenas, os direitos de radiodifusão, direitos de formas de constituição de associações religiosas, conflitos com o Estado, quanto aos âmbitos de atuação dos eclesiásticos, que são praticamente comuns a todos os Estados da região, independentemente de se os Estados têm uma estrutura mais ou menos laica, porque não há Estados confessionais na América Latina, mas nossas diferentes tradições fizeram com que alguns Estados tenham uma tradição laica muito mais forte do que outros, como a Venezuela, o Uruguai, ou o próprio Brasil. É diferente à situação da Argentina, da Bolívia ou do Paraguai, quanto à sua origem, quanto ao tratamento do tema religioso, do ponto de vista constitucional é diferente.

Também é diferente a evolução posterior do tratamento religioso, devemos levar em conta que a incidência dos novos movimentos religiosos e a reivindicação das religiões dos povos originários não têm a mesma força nos diferentes países por diversos fatores, mas também é verdade que começa a ser mais notada na região.

Nós, na Argentina, mas isto poderia acontecer em todos os países, temos uma situação comum com o Chile, referente a diferentes fenômenos religiosos que se intercambiam quotidianamente, de religiões por exemplo, como os mapuches, a reivindicação do culto originário ou da cosmovisão, como eles chamam, que tem um sentido religioso relevante e isso, às vezes, traz problemas não estritamente religiosos, mas que devem ser tratados desse ponto de vista.

Outro exemplo é o intercâmbio de objetos de culto pela fronteira, as limitações que temos em matéria tanto aduaneira como sanitária na fronteira levam a um permanente círculo de conflitos, porque as cerimônias religiosas realizadas com cavalos não podem passar as fronteiras pelas barreiras sanitárias. Digo isto que é um caso muito menor, mas que reflete até que ponto começam a apresentar-se conflitos que são de muito mais importância, como acontece na fronteira com a Bolívia ou no caso da tripla fronteira entre o Paraguai, o Brasil e a Argentina, onde também o fenômeno religioso tem uma importância realmente relevante.

Neste momento, haverá um seminário, nos próximos meses na tríplice fronteira, onde o tema religioso é um tema central. Não será convocado pelos Estados, mas justamente pelas Comunidades religiosas, mas apresentam-se sérios problemas porque a presença islâmica na região gera uma situação com sérios conflitos e não me refiro aos conflitos de segurança ou inteligência, refiro-me à discriminação, porque a islamofobia, como os senhores sabem, tem avançado no mundo e a região não está à margem dela.

Muitas vezes cremos que a Argentina é um país modelo em matéria de convivência religiosa, o qual se repete muito na Argentina, mas isto se repete no resto da América Latina, porque a América Latina tem tido, pelo menos na sua história recente, uma convivência religiosa notável, mas não é um direito comprado para sempre. Se olharmos um pouco para o mundo, percebemos que muitos lugares onde havia convivência religiosa um dia deixou de haver e onde parecia que não existiam conflitos, na verdade, estavam latentes e apareceram. Isto é uma realidade.

Embora não seja um fenômeno muito preocupante na atualidade, há persistência, por exemplo, de atos anti-semitas na República Argentina, que devem chamar a atenção, e é constante. No sábado passado houve um atentado anti-semita em Buenos Aires, de pouca transcendência, sem vítimas fatais, mas aconteceu e há uma rede internacional que propugna a realização desses atos. Identificamos algumas páginas de internet de diferentes organizações com sede nos países da região, que impulsionam atos dessa característica.

Podemos pensar que isto tem um tratamento de segurança policial, que não é um problema para ser tratado desde a religião, mas aí é onde pensamos que há muitas coisas para fazer e que as próprias organizações religiosas podem contribuir para evitar este tipo de conflitos. Foi neste entendimento que tentamos promover um primeiro diálogo, primeiro bilateral e depois regional para tratar este tipo de conflitos.

Ademais, há outras questões como o tema do tratamento em matéria de capelarias; o tema da radiodifusão, principalmente a partir do crescimento das igrejas chamadas igrejas eletrônicas que apresentavam diferentes conflitos em matéria de radiodifusão; o tema também da personalidade jurídica das organizações religiosas, onde temos muitas que estão constituídas no estrangeiro, portanto, quando pedem o reconhecimento em outro dos países, às vezes, temos tratamentos diferentes para dar-lhe. Devemos pensar, por exemplo, que alguma organização, como a chamada Seita Moon, que tem reconhecimento no Uruguai, na Argentina, não tem no Chile e isto causa alguns problemas legais: foi apresentada uma questão contra o Chile em matéria de liberdade religiosa na Comissão Inter-Americana, mas realmente tem mais a ver com que temos diferente tratamento e que, às vezes quando conversamos, os que estamos envolvidos nestas questões, esse tratamento diferente não tem razão de ser. Temos muitas mais possibilidades de acordar um tratamento comum e a falta de informação é o que nos leva a gerar conflitos inexistentes.

A Argentina com o Chile avançou muito em matéria de análise destas questões, também com a Venezuela, porque estamos em processos similares de reforma das leis e temos trabalhado junto com estes países para buscar entendimentos comuns em matéria de tratamento da questão religiosa.

Também foi apresentado, e para mim é um tema relevante, o fato de que as organizações religiosas têm organismos multilaterais ou continentais, que o representem e com um intercâmbio permanente de informação quanto ao que acontece nos nossos países, enquanto que os Estados não. Ou seja, a Igreja Católica tem o CELAM<sup>1</sup>, as igrejas protestantes têm o CLAI<sup>2</sup>, o movimento judeu tem o Conselho Judaico Latino-Americano e os Estados não tínhamos nenhum

---

<sup>1</sup> Conselho Episcopal Latino-Americano

<sup>2</sup> Conselho Latino-Americano de Igrejas

âmbito onde discutir como os Estados éramos interlocutores perante essas organizações também e tínhamos propostas comuns ou formas de relacionar-nos que podiam ajudar a resolver alguns conflitos.

A partir destas conversações surgiu a idéia da realização no Foro de Consulta e Concertação Política (FCCP) do MERCOSUL, de dezembro do ano passado, a possibilidade de um seminário para tratar a questão, feito finalmente em Assunção do Paraguai, no mês passado. Neste seminário advertimos que, efetivamente, lamentavelmente o seminário foi realizado em uma data complicada, porque foi simultaneamente com várias atividades do MERCOSUL, entre elas o Conselho de Ministros e havia reuniões de Ministros do Interior. Tinha várias atividades simultâneas, o que levou a que vários países não pudessem enviar representantes, mas, apesar de tudo isso, os senhores têm a documentação com muitas presenças.

Advertimos novamente o que já, de alguma maneira, sabíamos: os temas que preocupam cada um dos países são os mesmos em matéria religiosa. O tema da não discriminação, o tema do respeito às minorias, o tema da incidência que devem ter em alguns temas concretos as organizações religiosas e como vemos, por exemplo, a luta contra a pobreza e o papel das organizações religiosas na luta contra a pobreza, que é muito importante na América Latina, mas como vemos de diferente maneira, muitas vezes, os direitos de educação das organizações religiosas. Há temas que surgiram em todos os países da região, o tratamento, por exemplo, das leis em matéria de educação sexual ou saúde reprodutiva, que apresentam conflitos; se lemos os jornais, o que acontece na Espanha, temos problemas comuns e a abordagem desses temas comuns, na troca de informação podemos encontrar, também, novas soluções.

Considero que desse seminário surgiu que todos ficamos convencidos de que podíamos encontrar um âmbito de intercâmbio que nos ajudará a resolver não sei se a ter políticas idênticas, porque certamente não será o caso, mas sim a ter um âmbito que nos permita encontrar soluções próprias para cada um dos problemas dos países da região e em alguns temas onde há questões comuns.

Como mostra o tema aborígine, é muito complicado no tratamento, porque é muito diferente como cada uma das etnias vê o religioso, em algumas tem a ver com uma negação dos Estados, em outra simplesmente tem a ver com uma reivindicação ancestral, mas no caso do Paraguai, da Argentina e do Brasil foram muito interessantes algumas palestras sobre o tema guarani, porque efetivamente aí temos uma relação muito forte com o Conselho de Anciãos do Povo Guarani. Trabalhamos muito no tema religioso e realmente essa experiência serviu aos que se encarregam do tema no Paraguai e no Brasil. Por outro lado, tem sido muito útil o tratamento que fez o Chile de algumas questões sectárias e realmente tivemos uma enorme colaboração do Chile na identificação desses problemas e em procurar soluções.

Esse âmbito permite aos Estados construir políticas que, em alguns casos, podem ser comuns e em outros não necessariamente, mas ajudam a resolver ou a encontrar os âmbitos para resolver problemas próprios. Não quero dar informação demais, mas sim menciono, que na documentação a chamada "Carta de Assunção", elaborada nesse encontro, há enunciações de questões tratadas, certamente somente mencionadas, mas para que os senhores tenham uma idéia, foram apresentados os temas identificados como problemas comuns, o tema da objeção de consciência pela questão das Testemunhas-de-Jeová, foi mencionado aqui antes da palestra, porque é um tema apresentado em todos os países da região, mas que

agora leva a outras questões, temos Comunidades que rejeitam o voto; em alguns países da região o voto é obrigatório, em outros não, mas temos essa questão.

Temos também um tema proposto, que para nós é muito importante, e considero que para este âmbito também: os relatórios sobre liberdade religiosa elaborados por alguns Organismos Internacionais. Os Senhores sabem que o Departamento de Estado dos Estados Unidos elabora um relatório sobre liberdade religiosa que é apresentado ao Congresso dos Estados Unidos e que mecanicamente é adotado, muitas vezes, por Organismos Internacionais na matéria. Esse relatório chega a todos os Governos e as imprensas locais o tomam como um relatório realizado por um Organismo Internacional neutral.

Nós propomos, entre outras coisas, que os próprios países da região elaborem um relatório sobre liberdades e liberdade religiosa em particular, porque estamos capacitados para fazê-lo, porque temos os recursos humanos idôneos e a vontade dos países que o solicitem e creio que, por exemplo, a Argentina o necessita e muitos países o manifestaram, é uma Comissão dos próprios organismos multilaterais da região, que elaborará os relatórios sobre liberdade religiosa para que possamos dar nossa visão sobre o tema de como regem as liberdades na América Latina e não submeter-nos, muitas vezes, a uma série de questionamentos que não refletem a realidade da América Latina, porque estão realizados também pelos especialistas que não conhecem a realidade da América Latina. Portanto, é um tema muito complexo com muitos conflitos nos últimos anos.

Outro tema também proposto é o dos direitos da mulher. Também é um tema muito relevante, porque somos um continente de imigração e nos próximos anos será, segundo o último relatório da OIM, muito grande a imigração na América Latina proveniente da Índia e da África e, principalmente no caso da Índia, implica a introdução do que na Argentina já temos e no Chile também de novas confissões religiosas que requerem também uma abordagem particular, porque em muitos casos aquelas práticas violam as leis locais.

Portanto, o tema de como compatibilizamos a liberdade religiosa com nosso próprio sistema de liberdades na América Latina é um tema a ser discutido, e considero que é importante tratá-lo de forma conjunta.

O tema dos colégios islâmicos também é importante e difícil. Na Argentina surgiu esse tema, pois temos dois pedidos de abertura de colégios islâmicos, já que temos uma Comunidade islâmica importante; no Brasil é a mais importante da América Latina, mas também na Argentina é importante e é difícil de abordar, digamos, pela liberdade religiosa e o direito do Estado de regular seu sistema educativo. O mesmo aconteceu na Argentina com uma Comunidade menonita. Há muitos temas que abordam políticas do Estado que afetam a perspectiva religiosa, mas não necessariamente são questões estritamente locais.

Era isso o que queria dizer. Minha intenção era transmitir, a este âmbito tão prestigioso, a possibilidade de que conheçam e exista a possibilidade de discutir esses temas.

Esperamos que em agosto ou setembro se realize o segundo seminário em matéria de culto. A Venezuela se ofereceu como sede, mas não sabemos, porque a Presidência Pro Tempore do MERCOSUL é do Uruguai, pelo que não sabemos se o

Uruguai decidirá convocá-lo em Montevideu ou finalmente será aceita a proposta da Venezuela de que seja realizado em Caracas.

A intenção é que nesse segundo seminário, como já foi proposto aqui, possa surgir a proposta de criar um Grupo de trabalho *ad-hoc*; isso também dependerá do que opinem finalmente os Representantes do FCCP, mas a idéia é que haja um grupo permanente para tratar estas questões no âmbito do MERCOSUL e também a criação de uma página web que esperamos que, em breve, esteja disponível e seja um âmbito de troca de informações na matéria e de discussão legislativa e técnica entre os países.

Isto não invalida que posteriormente, se os países considerarem oportuno, e isto é um tema sujeito a discussões futuras, possa existir um foro onde participem as próprias organizações religiosas. Este assunto não foi tratado ainda, alguns afirmam que seria conveniente, outros não; aí a questão mais ou menos laica de cada Estado incidirá quanto à possibilidade de que as organizações religiosas, isto é, as organizações da sociedade civil, participem de um foro. É para discuti-lo com mais tempo.

Consideramos que começamos a obter frutos importantes deste intercâmbio entre os representantes de cada um dos países que certamente, nem sempre, pela sua estrutura, têm a mesma hierarquia ou estão nos mesmos Ministérios, mas, apesar disso, tem sido muito frutífero o intercâmbio.

Agradeço muito e fico à disposição dos senhores.

PRESIDENTA. Gostaríamos de agradecer ao Embaixador Masquelet, Subsecretário de Culto da Argentina, suas palavras e gostaria de comentar-lhe que conhecer a preocupação deste Grupo dentro do MERCOSUL é importante para nós, representa uma reflexão na qual podemos ver como todos os temas incidem no processo da integração, no caso das religiões além do que poderíamos supor como um interesse simplesmente espiritual, vemos que há uma dimensão política, tecnológica, financeira, fala-se das liberdades, como se relacionam com tantos âmbitos, o tema jurídico, o tratamento das minorias, a pluralidade, a não segregação ou discriminação.

O senhor sintetizou claramente, nesta breve intervenção, a importância deste tema e os múltiplos fatores que incidem nisto, pelo qual queremos agradecer-lhe e certamente será motivo de reflexão em algum momento dentro da nossa Associação.

Muito obrigada em nome do Comitê e os convido, depois da intervenção do Embaixador Olima, para um vinho de honra em homenagem ao senhor Embaixador. Muito obrigada.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidenta.

Gostaria de agradecer novamente a flexibilidade e a disposição do Comitê, mas considero que, depois de escutar os problemas deste tema, justifica que demos uma olhada e justifica também para nossos Estados, independentemente do tipo de relação estabelecida com suas respectivas religiões ou cultos. Não podemos desatender o tema, porque apresenta muitos problemas, que foram bem sintetizados

e explico isto para que os Representantes depois me desculpem por ter apresentado um tema tão espiritual à mesa. Obrigado.

PRESIDENTA. Muito obrigada, Embaixador Olima, pela sua iniciativa.

Encerra-se a sessão.

---